

Bolsa interrompe sequência de altas, mas sobe 2,5% na semana; dólar recua a R\$ 5,46

O Ibovespa recuou das máximas históricas e o dólar perdeu força ante o real na sexta-feira (16), com mercados analisando alta acima do esperado do IBC-Br — considerado a “prévia do PIB” — e em movimento de correção após o acúmulo de ganhos desde a semana passada.

Os dados fortes e falas do presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, reforçando possível alta da Selic, pressionou as curvas de juros mais longas no país, tirando parte do ímpeto da bolsa.

Na cena internacional, mercados seguiram repercutindo as expectativas de queda dos juros nos Estados Unidos a partir de setembro após uma bateria de dados publicados nos últimos dias, que tam-

bém afastou temores de que a maior economia do mundo caminha para uma recessão.

O desempenho fez Wall Street encerrar na melhor semana do ano, com altas firmes também nas principais praças na Europa.

O Ibovespa fechou a sessão com perda de 0,15%, próximo das mínimas do dia, aos 133.953 pontos.

O movimento interrompe a série de oito altas seguidas, com valorização acumulada de 7,1% e que levou o indicador a tocar a máxima histórica de 134.193 pontos, alcançada em 27 de dezembro do ano passado.

Apesar da queda no dia, o Ibovespa somou alta de 2,55% na semana, terceira alta semanal. Na prévia de agosto, o indicador tem avanço próximo de 5%.

O clima global deu espaço para nova queda do dólar ante o real, encerrando a sessão com recuo de 0,31%, negociado a R\$ 5,467 na venda, também em dia de perda da divisa norte-americana ante a cesta de moedas fortes.

Na semana, o dólar acumulou recuo de 0,87%.

As redes de varejo de produtos e serviços para animais de estimação Petz e Cobasi anunciaram nesta sexta-feira (16) que assinaram acordo para uma combinação de suas operações, que criará a maior empresa no setor no país, unindo as duas companhias que já lideram o segmento.

O acordo prevê que a Petz será uma subsidiária integral da Cobasi e que os acionistas da Petz terão 52,6% da empresa combinada, segundo o fato relevante ao mercado. CNN



Economia



Atividade econômica tem alta de 1,1% no segundo trimestre

Página - 03

Política

Lula diz que próximo presidente do BC deve ter coragem para alterar juros e volta a criticar Campos Neto

Página - 04

Governo deve aplicar taxa de juros ‘sustentável’ no socorro de R\$ 5 bi às aéreas

Página - 04

Uso da internet chega a 88% da população de dez anos ou mais no Brasil

Página - 03



Brasil está próximo de alcançar índice para deixar o Mapa da Fome

Página - 05



Natura lança frota de carretas movidas a gás biometano

Página - 05



No Mundo

Israel treina ataque aéreo de longa distância contra o Irã



No balé mortífero do conflito em ebulição no Oriente Médio, Israel apresentou uma pouco sutil peça nesta sexta-feira (16): divulgou imagens de um exercício de reabastecimento aéreo “simulando voos de longa distância bem atrás das linhas inimigas”.

Desnecessário dizer o destinatário da exibição: o Irã, país que promete um ataque a Israel desde que o líder do grupo terrorista palestino Hamas foi morto em sua capital, Teerã, no dia 31 de julho.

O recado foi dado enquanto a diplomacia tenta evitar a ação, com o avanço de conversas entre mediado-

res do conflito na Faixa de Gaza, iniciado quando o Hamas atacou o Estado judeu em 7 de outubro do ano passado.

Os palestinos são apoiados por Teerã. Como há riscos existenciais para o regime dos aiatolás no caso de uma guerra aberta contra Israel e, provavelmente, os Estados Unidos, a retórica inflamada tem ocultado movimentos para conter ao máximo o risco de uma escalada.

Isso poderia se dar de forma arriscada, com um ataque em menor escala, ou com a carta que está na mesa agora nas negociações no Qatar: um cessar-fogo na guerra que os palestinos dizem já ter ma-

tado 40 mil pessoas em Gaza. Autoridades iranianas já sugeriram, informalmente, que se isso ocorrer podem repensar a anunciada retaliação.

Seria uma forma de salvar a imagem do governo ante sua linha-dura e, ao mesmo tempo, evitar tanto uma guerra ampla quanto uma tréplica israelense contra instalações da joia da coroa dos aiatolás, o seu programa nuclear.

Aí entra o vídeo divulgado nesta sexta pelas Forças de Defesa de Israel, no qual foi treinado o reabastecimento de várias aeronaves em um curto espaço de tempo, algo vital numa missão contra alvos de longa distância.

Igor Gielow/Folhapress

Ucrânia diz que invasão visa forçar Putin a negociar



Sob pressão crescente na linha de frente no leste de seu território, a Ucrânia disse pela primeira vez na sexta (16) que a invasão da região russa de Kursk tem como objetivo forçar Moscou a “entrar num processo de negociação justo”.

A afirmação foi feita por um dos mais influentes assessores do presidente Volodymyr Zelenski, Mikhaïlo Podoliak.

“Nós precisamos infligir derrotas táticas significativas à Rússia. Na região de Kursk, nós vemos como o instrumento militar é usado objetivamente para convencer a Federação Russa a entrar em um processo de negociação

justo”, escreveu ele no Telegram e no X. A frase coincide com a avaliação feita publicamente por Vladimir Putin do objetivo da incursão, a primeira invasão de território russo desde que Adolf Hitler atacou em 1941. O fato de ser dita 11 dias após o começo bem-sucedido da operação sugere seus limites.

Até aqui, Zelenski e suas Forças Armadas adotaram um tom propagandístico claro, após o sigilo absoluto da ação. Falou em estabelecer um escritório militar em Sudja, cidadezinha estratégica para o escoamento da produção de gás russo para a Europa, e tem publicado ví-

deos diários sobre suas ações.

O fato é que há dúvidas acerca da capacidade de Kiev de manter seu ímpeto. Os russos foram pegos de surpresa e estão lentamente montando uma defesa mais adequada, mas o tempo sempre corre a favor de Putin: há mais recursos de seu lado.

Outro ponto é que uma coisa é avançar, outra é reter ganhos. E Zelenski, segundo os relatos disponíveis, empregou algumas de suas melhores forças na invasão, desguarnecendo ainda mais a retaguarda Donetsk, no leste do país, está sob risco de cair toda em mãos russas.

Igor Gielow/Folhapress

Não acho prudente que Brasil exija atas da Venezuela, diz especialista à CNN

O cientista político e CEO da Arko Advice, Murillo de Aragão, declarou durante o programa WW que não considera “prudente ou correto” que o Brasil exija as atas da eleição na Venezuela.

Segundo o especialista, tal pedido deveria partir das autoridades e do povo venezuelano, respeitando a soberania do país.

Aragão argumentou: “Eu não gostaria, por exemplo, que amanhã a Venezuela exigisse as atas ou os resultados das eleições do Brasil. Acho que isso fere a soberania”.

O especialista ressaltou que este é apenas um dos “tropeços” nas relações internacionais do Brasil em relação à Venezuela.

Ele apontou uma “brutal confusão” na postura do governo brasileiro, destacando a aparente solidariedade ao regime chavista, mas também

certo constrangimento com os acontecimentos recentes.

Aragão reconheceu, no entanto, um momento de pragmatismo da diplomacia brasileira ao denunciar a perseguição de bispos católicos na Nicarágua, o que resultou em uma quase ruptura das relações diplomáticas entre os países.

O cientista político enfatizou a necessidade de o governo brasileiro encontrar um caminho para lidar com a situação venezuelana.

“Acho que ele deve efetivamente tentar contribuir para uma solução”, afirmou Aragão.

Contudo, ele destacou o paradoxo enfrentado pelo Brasil: por um lado, existe uma certa afinidade ideológica com o chavismo e, por outro, uma indignação com as “atrapalhadas” de Nicolás Maduro no processo eleitoral.

CNN



Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Atividade econômica tem alta de 1,1% no segundo trimestre



A atividade econômica no Brasil registrou alta no segundo trimestre, de acordo com informações divulgadas nesta sexta-feira (16) pelo Banco Central (BC). O Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br) teve aumento de 1,1% de abril a junho em relação ao trimestre anterior (janeiro a março), de acordo com dados dessazonalizados (ajustados para o período).

Em comparação ao segundo trimestre de 2023, a alta foi de 2,8%, sem ajuste para o período, já que a comparação é entre meses iguais.

Considerando apenas o mês de junho deste ano, o IBC-Br teve aumento de 1,4% em relação a maio, atingindo 152,09 pontos, em dados

dessazonalizados. Na comparação com o mesmo mês de 2023, houve alta de 3,2% (sem ajuste para o período).

No acumulado do ano, o indicador ficou positivo em 2,1% e, em 12 meses, registrou aumento de 1,6%. O IBC-Br avalia a evolução da atividade econômica do país e ajuda o BC a tomar decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic, atualmente em 10,5% ao ano fixada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. O índice incorpora informações sobre o nível de atividade de setores da economia – indústria, comércio e serviços e agropecuária –, além do volume de impostos.

A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema

Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas de juros da economia. Por isso, a Selic é o principal instrumento do BC para alcançar a meta de inflação.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Desse modo, taxas mais altas ajudam a redução da inflação, mas também podem dificultar a expansão da economia. Ao reduzir os juros básicos, o Copom barateia o crédito e incentiva a produção e o consumo, mas enfraquece o controle da inflação.

Andréia Verdélio/ABR

Nota Fiscal Paulista liberou mais de R\$ 38 milhões em créditos na sexta (16)

A Sefaz-SP (Secretaria da Fazenda e Planejamento de São Paulo) libera nesta sexta-feira (16) mais de R\$ 38,5 milhões em créditos aos participantes cadastrados no programa Nota Fiscal Paulista. O valor é referente às compras e doações de cupons fiscais realizadas em abril de 2024.

No total, 15 milhões de consumidores possuem direito a esses valores, que englobam pessoas físicas, condomínios, entidades beneficentes e pessoas jurídicas optantes pelo regime do Simples Nacional.

Do valor total, R\$ 21 milhões foram destinados para

projetos de instituições filantrópicas. Para pessoas físicas que solicitaram CPF nas notas fiscais de suas compras, há R\$ 16 milhões à disposição.

Também é possível baixar o aplicativo para tablet ou celular e acessar os valores. Basta digitar o CPF ou CNPJ e a senha cadastrada. Nas duas opções, os valores serão creditados na conta indicada em até 20 dias.

Os créditos da Nota Fiscal Paulista ficam disponíveis por um ano a partir da data da liberação e podem ser utilizados a qualquer momento durante desse período. Todos os meses, os créditos expiram. Depois disso, não é mais possível resgatar valores. Folhapress



Uso da internet chega a 88% da população de dez anos ou mais no Brasil



O percentual de brasileiros que usam internet é cada vez maior, embora ainda existam disparidades de acesso entre os diferentes grupos da população, indicam dados divulgados na sexta-feira (16) pelo IBGE.

Em 2023, 88% das pessoas com dez anos ou mais de idade utilizaram a rede no país. A proporção é a mais elevada de uma série histórica com dados desde 2016.

Em termos absolutos, o dado de 2023 indica que 164,5 milhões se conectaram à internet no período de referência dos três meses anteriores à realização das entrevistas pelo IBGE. O total de pessoas com dez anos ou mais no

país foi estimado em 186,9 milhões no ano passado.

Os números integram um módulo da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) sobre TIC (tecnologia da informação e comunicação).

Em 2022, o percentual de pessoas com dez anos ou mais que haviam usado a internet era de 87,2%. No começo da série, em 2016, essa proporção estava em 66,1%.

Conforme o IBGE, a região Centro-Oeste se manteve com a maior proporção de pessoas que utilizaram a internet em 2023 (91,4%), seguida por Sudeste (89,9%) e Sul (89,2%). O trio ficou acima do patamar do país (88%).

O Nordeste (84,2%) e o

Norte (85,3%) permaneceram com os menores percentuais, abaixo do dado nacional.

Em áreas urbanas, a proporção de uso entre as pessoas com dez anos ou mais foi de 89,6% em 2023, nível acima do verificado na zona rural, de 76,6%. A diferença entre os grupos era mais intensa no início da série.

No recorte de nível de escolaridade, os dados indicam que as pessoas sem instrução apresentaram uma proporção de uso bastante inferior aos resultados das demais em 2023: 44%.

Esse percentual, contudo, cresceu ao longo da série. Em 2016, somente 7% das pessoas sem instrução utilizavam a internet. Leonardo Viecelli/Folhapress

Política

Lula diz que próximo presidente do BC deve ter coragem para alterar juros e volta a criticar Campos Neto



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou na sexta-feira (16) que vai trocar o presidente do Banco Central, mas não decidiu se o indicado será o atual diretor de Política Monetária da instituição, Gabriel Galípolo, apontado como o principal cotado para a vaga.

Lula disse que, antes, vai conversar com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para evitar desgaste político do nome indicado. Ele acrescentou que o seu indicado deverá ter coragem para alterar a taxa de juros sempre que for necessário, seja para reduzir ou aumentar a Selic.

O presidente, que frequentemente critica Roberto Campos Neto, disse que não

tem um problema pessoal com o atual presidente do Banco Central. No entanto, afirmou que o dirigente desagradou ao país e que não há motivo para uma básica de juros de 10,5% ao ano.

Na sequência, Lula disse que tem a expectativa de que a Selic vai cair.

As declarações foram dadas durante entrevista à Rádio Gaúcha, do Rio Grande do Sul. O mandatário cumpre uma série de agendas no estado, como eventos ligados à saúde e cerimônias do programa Minha Casa Minha Vida.

O mandato de Roberto Campos Neto termina em dezembro deste ano. Galípolo, ex-secretário-executivo do ministro da Fazenda Fernando Haddad, é apontado como o principal cotado para assu-

mir a presidência do banco.

Lula, no entanto, afirmou que vai conversar com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), antes de enviar a indicação, para evitar que a sua indicação sofra desgaste.

“Não sei se é o Galípolo [o indicado para o Banco Central]. Eu sei é que tenho o direito de indicar agora o presidente do Banco Central e mais alguns diretores. Pretendo antes de indicar conversar com o presidente do Senado, com o presidente da comissão [de Assuntos Econômicos, do Senado] para que as pessoas as serem indicadas sejam votadas logo, para que não fique sofrendo desgaste de especulação política durante meses”, afirmou o presidente.

Renato Machado/Folhapress

Governo deve aplicar taxa de juros ‘sustentável’ no socorro de R\$ 5 bi às aéreas



O governo espera aprovar em agosto, na Câmara dos Deputados, o projeto de lei que servirá como socorro às companhias aéreas, que estão endividadas e têm dificuldade com custos operacionais, principalmente na compra do combustível de aviação (QAV). No primeiro ano, está prevista a liberação de R\$ 5 bilhões para as empresas quitarem dívidas, comprem novas aeronaves e combustível.

O projeto de lei 1.829/2019 permite a reformulação do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil) para conceder empréstimos via BNDES, que irá habilitar instituições bancárias privadas interessadas em criar li-

Medidas apresentadas para Orçamento de 2025 são suficientes para déficit zero, diz Tebet

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou que está segura de que, com as atuais medidas em curso, a gestão cumprirá metas de equilíbrio fiscal até 2025 durante reunião com conselheiros da Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo) nesta sexta-feira (16).

Mais medidas, por outro lado, são preparadas pela equipe do Planejamento para fazer a conta fechar em 2026.

“Para o Orçamento de 2025, as medidas apresentadas ao presidente são suficientes para o objetivo de meta zero, o equilíbrio fiscal no ano que vem, mas medidas estruturantes não saem da mesa cobrir a meta superavitária de 2026”, disse.

Ela citou esforços em diminuir gastos fazendo um pente-fino no BPC (Benefício de Prestação Continuada). Um plano do governo prevê o cancelamento de 670,4 mil benefícios em 2025, o que

renderia uma economia de R\$ 6,6 bilhões em despesas.

“O BPC consome de R\$ 110 bilhões a R\$ 112 bilhões no orçamento. O problema não é o benefício”, disse.

“Mas o aumento do número de pessoas que estão conseguindo acesso ao BPC junto a uma regra mais frouxa é tamanho que está consumindo todas as empresas obrigatórias. Estamos tendo que tirar de 26 ministérios”.

O pente-fino no benefício é uma das principais apostas da equipe econômica para alcançar o corte de R\$ 25,9 bilhões em despesas obrigatórias prometido pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda) e avalizado por Lula para fechar as contas de 2025.

A projeção considera uma taxa de corte de 11,25%. Em outras palavras, a cada grupo de 100 beneficiários do BPC, 11 deles terão os repasses encerrados, segundo projeção do Executivo.

Laura Intriéri/Folhapress



nhas de financiamento a partir do fundo FNAC.

O Ministério da Fazenda avalia aplicar a TLP (Taxa de Longo Prazo) como base do spread bancário para o crédito que será concedido ao setor.

A TLP é composta pelo IPCA e a taxa de juro real da NTN-B. Atualmente, está em 6,28% ao ano, o que é considerado pouco pelo governo. A equipe econômica e o Ministério dos Portos e Aeroportos estudam a inclusão de mais um corretor na alíquota final. A taxa básica de juros, a Selic, está em discussão. Mas o governo faz os cálculos de qual seria uma taxa sustentável para manter o fundo como fomentador do setor aéreo.

A taxa final será definida pelo CMN (Conselho Mone-

tário Nacional), após a regulamentação do projeto, que já foi aprovado no Senado e aguarda segunda votação na Câmara. A aprovação é tida como certa pelo governo.

Pesa favoravelmente à aprovação o fato de o União Brasil, legenda que comanda o Ministério do Turismo, ter indicado como relator o deputado Paulo Azi (BA). A pasta terá direito a 30% dos recursos do fundo, que hoje é operado apenas pelo Ministério dos Portos e Aeroportos, que ficará com 70% dos recursos.

Os dois ministérios caminham para um entendimento no qual o Turismo destinaria sua fatia anual para ações que envolvam o setor aéreo.

Nivaldo Souza/Folhapress

Brasil está próximo de alcançar índice para deixar o Mapa da Fome



Dois anos depois de ter voltado a fazer parte da lista compilada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Brasil está próximo de deixar o Mapa da Fome, informa a ONU News.

Atualmente, o país ocupa o 94º lugar entre 111 nações que integram o levantamento baseado em análises da agência da ONU a contextos que, até o fim desta década, podem não reduzir este indicador a zero.

Falando à ONU News, de Brasília, o representante da FAO no Brasil, Jorge Meza, disse que a fome cresceu com a pandemia, mas a resposta imediata com assistência social e programas de geração

de renda sustentável apoiam a recuperação.

“Para que um país saia da fome tem que ter uma subalimentação, ou seja um nível de fome, igual ou inferior a 2,5%. O Brasil, no período 2021-2023, apresenta um valor de 3,9% de média móvel. Nós trabalhamos com média móvel de três anos. Com 3,9% estamos muito próximos de 2,5%, o valor para que o país saia do mapa da fome.”

O representante da FAO no Brasil apontou entre os principais fatores nesse combate a capacidade de atender situações de vulnerabilidade e a criação de novos programas para gerar renda.

Meza disse que a fome deve ser erradicada em fases, priorizando a alimentação adequada e garantindo segu-

rança alimentar. No ano passado, mais de 14,7 milhões de pessoas deixaram de passar fome.

“No indicador de insegurança alimentar grave, no período de 2020 e 2022, nesses três anos, a média foi de 8,5%. Agora, no período de 2021 a 2023, está em 6,6%. O Brasil começou a dar sinais de uma redução da insegurança alimentar também na população. Fome e segurança no Brasil estão caindo muito.”

Nos esforços de combate à fome, Meza disse que ciência e tecnologia devem ser aplicadas na equação que inclui o uso sustentável da agricultura. Entre as outras necessidades para esse objetivo estão melhorar o acesso e a estabilidade na produção.

Notícia Sustentável

Planejamento urbano é a chave na solução de crises globais

Recém-nomeada diretora executiva do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), a brasileira Anacláudia Rossbach, compartilhou suas experiências e visões em uma entrevista à ONU News.

Com mais de 20 anos de carreira, Rossbach destacou sua transição da consultoria para o setor público, onde se dedicou às questões sociais e de habitação no Brasil.

“É possível a transformação em larga escala”

Anacláudia Rossbach falou sobre sua atuação na Prefeitura de São Paulo, cidade brasileira mais populosa, e em programas habitacionais de larga escala como o PAC Urbanização de Favelas e Minha Casa Minha Vida, que impulsionaram iniciativas de moradia no Brasil.

“Eu testemunhei o desenho desses programas, o processo de desenvolvimento desses programas e como funcionou a coordenação entre os diversos órgãos do governo federal. Houve um plano de habitação com a

participação da sociedade civil, setor privado, academia, setores profissionais organizados, governos locais. Isso tudo desenhou esses programas de larga escala. E foi muito rápido. Eu fiquei muito impressionada com o resultado. Não são programas perfeitos, são programas de larga escala. Mas eu fui testemunha de que é possível ter esse tipo de transformação em escala e da mudança de vida das famílias. Eu conheço pessoas que moravam num barraco de madeira. Hoje moram numa casa e o fato de morar numa casa, num bairro integrado à cidade transformou a vida delas, delas e das futuras gerações.”

Na ONU-Habitat, Rossbach enfrenta desafios como a implementação da Nova Agenda Urbana e a necessidade de abordar a informalidade nas cidades. Ela enfatizou a importância do planejamento urbano para enfrentar crises globais, como a mudança climática e a crise habitacional, e destacou o papel crucial dos jovens na construção de cidades mais inclusivas e sustentáveis.

Notícia Sustentável



Natura lança frota de carretas movidas a gás biometano



Dando mais um passo significativo rumo ao objetivo de zerar as emissões líquidas de gases de efeito estufa, a Natura acaba de lançar a sua primeira frota de carretas movidas a gás biometano.

Segundo projeção da empresa, a substituição dos atuais veículos a diesel por 20 novos com combustível ‘verde’ reduzirá as emissões de carbono em 82%, contribuindo para o cumprimento das metas públicas da Visão 2030 da companhia, denominada Compromisso com a Vida. A mudança engloba 35% de toda a operação de fretes pesados da Natura no Brasil.

As novas carretas farão o transporte unificado de coleta e entrega de matéria-prima, insumos e produtos acabados da Natura e da Avon. Isso en-

volverá fornecedores, fábricas, hubs, centros de distribuição e terceiros no estado de São Paulo. A frota consiste em 20 cavalos mecânicos – compostos pela cabine, motor e rodas de tração – e 50 carretas, que transportam as mercadorias. Os novos equipamentos serão responsáveis por cerca de 1.250 viagens mensais.

Eduardo Sá, diretor executivo de Operações e Logística da Natura, explica que um dos maiores desafios do projeto foi unificar três circuitos de entregas diferentes com um único fornecedor que atendesse à demanda e aos requisitos operacionais, em especial a disponibilidade de veículos abastecidos por biocombustíveis. A empresa escolhida foi a Reiter Log. A parceria também resultará em

uma redução significativa no custo de frete, economizando anualmente aproximadamente R\$1,2 milhão.

Josie Romero, vice-presidente de Operações e Logística da Natura, destaca que o projeto é um marco importante para a empresa, já que a Natura tem um compromisso público para ajudar a acelerar a agenda de baixo carbono.

“Temos a meta de zerar emissões líquidas de carbono para escopo 1 e 2 e reduzir 42% do escopo 3 até 2030, seguindo a iniciativa Science Based Targets (SBTi). A implementação dessa frota verde não só permitirá melhorar o nível de serviço, com qualidade e segurança, mas também colaborar para a construção de um futuro mais sustentável.”, destaca a executiva.

Notícia Sustentável

Publicidade Legal

Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes. As integridades das publicações encontram-se disponíveis no site: <https://datamercantil.com.br/publicidade-legal>. A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado



Moderna Ambiental S/A

CNPJ/MF nº 23.733.677/0001-34

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais omitidos os centavos)

Balço Patrimonial				Demonstração dos Resultados				Demonstração dos Fluxos de Caixa			
Ativo	Notas	2023	2022	Passivo	Notas	2023	2022				
Circulante		4.238.649	4.255.806	Circulante		1.811.579	1.434.347	Receita (Despesas) Operacionais			
Caixa e equivalentes de caixa	3	—	668	Fornecedores		2.944	20.461	Despesas gerais e administrativas	(74.868)	(55.178)	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais
Contas a Receber	4	4.220.592	4.220.592	Partes relacionadas	6	1.808.635	1.413.886	Receitas (despesas) financeiras líquidas	162	(707)	Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício
Outras Contas a Receber		—	17.775	Adiantamento de Clientes		—	—	Outras receitas (despesas) líquidas	—	—	Ajustes ao Prejuízo Líquido do Exercício
Impostos a Recuperar	5	18.056	16.771	Provisão para I.Renda/CSLL		—	—	Lucro (Prejuízo) Operacional	(74.706)	(55.885)	Depreciações
Não Circulante		46.280.839	45.961.155	Não Circulante		—	—	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	—	2.963	Varições nas Atividades Operacionais
Realizável a Longo Prazo		45.034.457	45.034.457	Patrimônio Líquido		48.707.909	48.782.615	Lucro (Prejuízo) do Exercício	(74.706)	(52.922)	Contas a Receber
Partes relacionadas	6	45.034.457	45.034.457	Capital social	8	49.256.261	49.256.261	Resultado Abrangente Total	(74.706)	(52.922)	Impostos a Recuperar
Imobilizado	7	1.245.171	925.487	Prejuízos acumulados		(548.352)	(473.646)				Adiantamento a Fornecedores
Intangível	7	1.212	1.212	Total do Passivo		50.519.488	50.216.962				Fornecedores
Total do Ativo		50.519.488	50.216.962								Adiantamento de Clientes
											Imposto de Renda e Contribuição Social
											(1.027)
											430.925

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	49.256.261	(420.723)	48.835.537
Prejuízo líquido do período	—	(52.922)	(52.922)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	49.256.261	(473.645)	48.782.615
Lucro líquido do período	—	(74.706)	(74.706)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	49.256.261	(548.351)	48.707.909

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional – A Companhia, constituída e organizada sob a forma de Sociedade Anônima, nos Termos da Lei 6.404/76, opera sob a denominação social de **Moderna Ambiental S.A.**, e tem sede social na Rua Engenheiro Antonio Jovino, 220, conjunto 61 – Sala B, Vila Andrade, São Paulo, SP, CEP 05727-220, podendo criar, instalar, transferir ou extinguir sucursais, filiais, agências, representações ou escritórios onde e quando for julgado necessário por sua Diretoria, em qualquer local do território nacional ou exterior. A Companhia tem por objeto a execução de obras e serviços relativos aos sistemas de limpeza pública e privada, saneamento ambiental, inclusive construção pertinente a tais objetivos, no território nacional ou no exterior, tendo como compromisso precípuo a proteção, preservação e a melhoria constante do meio ambiente, para entidades públicas e privadas, sob regime de contratação, de permissão, de autorização ou de concessão de: (a) Varrição manual e mecanizada de vias e logradouros; (b) Limpeza e conservação de monumentos, de faixas de areia, de praias, de praças, parques e de área ajardinadas; (c) Lavagem, roçagem e capinação de áreas vegetadas, de vias e rodovias; (d) Dessassoreamento e limpeza de bocas de lobo, galerias de águas pluviais, redes de água e desobstrução de ramais de ligação; (e) Remoção manual e mecanizada de entulho e sobras de obras; (f) Coleta e transporte e de resíduos domiciliares, de feiras livres, hospitalares, de estabelecimento de serviços de saúde, comerciais, industriais, derivados de petróleo e de todos aqueles resultantes dos serviços de varrição e de limpeza de vias e logradouros; (g) Coleta seletiva de materiais recicláveis; (h) Elaboração de projeto, implantação, fornecimento, construção, montagem eletromecânica e operação de unidades de biogás, estação de transbordo ou transferência, centrais de reciclagem, usinas de compostagem e de tratamento, trituração e de incineração de resíduos domiciliares, inertes, comerciais, industriais, hospitalares e de estabelecimentos de serviços de saúde; (i) Elaboração de projeto, implantação, fornecimento, construção, montagem e operação de unidades de usina para obtenção de fontes alternativas de energia; (j) Comercialização dos produtos e subprodutos obtidos a partir das usinas de compostagem e de reciclagem de resíduos; (k) Elaboração de projeto, implantação, construção, recuperação ambiental, terraplanagem, e operação de aterros sanitários de resíduos domiciliares, de resíduos industriais e de resíduos inertes, energéticos, públicos ou privados; (l) Prestação de serviços relativos a construção, administração, gerenciamento, supervisão, estudos, projetos e a execução de quaisquer obras e serviços de engenharia civil, em todas as suas modalidades técnicas e econômicas.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis – 2.1- Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os

Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **2.2- Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis da sociedade estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação. **2.3- Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, demonstrado pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício. **2.4- Instrumentos financeiros:** A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e suas classificações são definidas no reconhecimento inicial. Mensurados ao valor justo por meio de resultado são os ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente e encontram-se registrados no Ativo Circulante. Os ganhos ou perdas apuradas são apresentados na demonstração do Resultado na rubrica de Receitas Financeiras Líquidas, no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tivesse sido contratado em conexão com outra operação. Empréstimos e recebíveis são os valores concedidos e os créditos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses. **2.5- Imobilizado:** O imobilizado é avaliado pelo custo histórico de aquisição, deduzido das respectivas depreciações e das provisões por perdas no valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que representam a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **2.6- Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **2.7- Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Sociedade decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. **2.8- Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. Julgamentos:** A preparação das

as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas

3. Caixa e equivalentes de caixa – Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão compostos das seguintes contas:

	2023	2022
Bancos conta movimento	3.897	3.503
Total de Equivalentes de Caixa	—	668

4. Contas a receber – O saldo de contas a receber da companhia em 31 de dezembro de 2023 e de R\$ 4.220.592 (R\$ 4.220.592 em 2022), referente a títulos emitidos por serviços prestados.

5. Impostos a recuperar

	2023	2022
IRRF sobre prestação de serviços	3.897	3.503
Pis a recuperar	339	306
Cofins a recuperar	1.563	1.411
CSLL a recuperar	6.043	5.433
Retenção de INSS	6.214	6.118
Total de Impostos a Recuperar	18.056	16.771

6. Partes relacionadas – Representam operações de empréstimos efetuadas a empresas do grupo, devidamente lastreadas por con-

tratos de mútuo, estando demonstrados pelos valores concedidos, acrescidos dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até a data do balanço. As transações entre partes relacionadas observam taxas e prazos usuais de mercado e neste exercício de 2023, estão apropriadas contabilmente em rubrica de:

	2023	2022
Contas a receber – Ativo não circulante		
Renovar Ambiental Participações S.A.	45.034.457	45.034.457
Contas a pagar – Passivo circulante		
Sustentare Saneamento S.A.	1.808.635	1.413.886

7. Imobilizado e intangível

	2023		2022	
	Custo Depreciação Corrigido	Acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e Equipamentos	135.000	(11.426)	123.574	11.173
Veículos	465.000	(6.370)	458.630	—
Imobilizado em andamento	662.967	—	662.967	914.314
Imobilizado	1.262.967	(17.796)	1.245.171	925.487
Acervos Técnicos	1.212	—	1.212	1.212
Intangível	1.212	—	1.212	1.212

O imobilizado contempla as readequações de valores (custo atribuído), incorporados em seu patrimônio, baseados em laudos de avaliação, conforme previa os procedimentos inerentes às determinações expressadas na Lei 11.638/07, do Conselho Federal de Contabilidade e do Comitê de Pronunciamento Contábil – ICPC 10 referente ao Ativo Imobilizado.

8. Capital social – O capital social está representado por 49.256.261 ações ordinárias pelo valor unitário de R\$ 1,00 cada.

Diretoria	
Adilson Alves Martins – Diretor Presidente	
Bruno de Bartolo Martins – Diretor	
Leonel Hernan Emilio Bustia – Diretor	
Marcelo Duarte de Oliveira – Diretor	

Contadora	
Marlene Maria Teixeira de Oliveira – CRC ISP 199.702/O-3	

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Ênfase – Valor de realização de créditos de empresas ligadas** – Sociedade mantêm registrado em seu Ativo não circulante créditos provenientes de operações de mútuo com empresas coligadas e/ou controladas, devidamente formalizadas contratualmente, cuja realização dependerá da geração de caixa dessas empresas em montante suficiente para garantir a quitação dos créditos.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis – A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis – Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam

nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 03 de junho de 2024.

Triade Auditores Independentes – CRC ZSP 015.090/O-5
Sergio de Andrade Behrend – Sócio Diretor

Dierberger Agrícola S.A.

CNPJ/MF nº 51.462.349/0001-86 – NIRE 35.300.062.698

Assembleia Geral Extraordinária – Convocação

São convocados os Senhores Acionistas desta Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 23 de agosto de 2024, às 14h00 na Av. Industrial Dr. José Erineu Ortigosa, nº 827, sala A, Distrito Industrial, CEP 17347-614, Barra Bonita, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre os seguintes assuntos da Ordem do Dia: **a)** Leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Resultados e demais peças contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2023; **b)** Eleição da Diretoria para o mandato do triênio 2024/2027; **c)** Outros assuntos de interesse da sociedade, pertinentes à matéria. Achem-se à disposição dos Senhores Acionistas, no endereço acima, os documentos da Administração. Barra Bonita, 16 de agosto de 2024. **João Andreas Dierberger – Diretor Presidente** (16, 17 e 20/08/2024)

Dierberger Óleos Essenciais S.A.

CNPJ/MF nº 61.142.089/0001-15 – NIRE 35.300.012.844

Assembleia Geral Extraordinária – Convocação

São convocados os Senhores Acionistas desta Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 23 de agosto de 2024, às 10h00 na Av. Industrial Dr. José Erineu Ortigosa, nº 827, sala A, Distrito Industrial, CEP 17347-614, Barra Bonita, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre os seguintes assuntos da Ordem do Dia: **a)** Leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Resultados e demais peças contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2023; **b)** Eleição da Diretoria para o mandato do triênio 2024/2027; **c)** Outros assuntos de interesse da sociedade, pertinentes à matéria. Achem-se à disposição dos Senhores Acionistas, no endereço acima, os documentos da Administração. Barra Bonita, 16 de agosto de 2024. **João Andreas Dierberger – Diretor Presidente** (16, 17 e 20/08/2024)

Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 62.550.256/0001-20 | Companhia

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da Companhia para participar da **Assembleia Geral Extraordinária** a se realizar presencialmente na sede da empresa, localizada no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 867, 6º andar, conjunto 61, sala 2, bairro Bela Vista, CEP 01.311-100, no dia 23/08/2024, às 15 h. **Ordem do Dia:** (i) alteração do objeto social; (ii) aumento do capital social; e (iii) alteração e consolidação do estatuto social da Companhia. **Documentação necessária para participação:** documento de identificação do acionista ou seu representante legal. Caso o acionista seja representado por procurador, enviar o instrumento de mandato na forma da lei e do estatuto social com antecedência mínima de 24 horas para o e-mail: societario@hapvida.com.br. São Paulo/SP, 14 de agosto de 2024. **Diretor Presidente – Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima.** (15, 16 e 17/08/2024)

Data Mercantil

Faça um orçamento conosco:
comercial@datamercantil.com.br



Alice Tecnologia Ltda.

CNPJ/ME nº 35.612.503/0001-00 – NIRE nº 35.235.726.477

Resolução da Sócia

Alice Participações Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Reboças, 3535, Pinheiros, CEP 05401-400, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 33.917.607/0001-90, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 3523553025, por seu Diretor, **Luiz Octávio Maluf Santos**, brasileiro, casado, nascido em 22/08/1987, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 43.953.014-3, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 366.240.028-67 ("Alice Participações"); na qualidade de única sócia e titular da totalidade das quotas representativas do capital social da **Alice Tecnologia Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Reboças, 3535, Pinheiros, CEP 05401-400, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 35.612.503/0001-00, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35235726477 ("Sociedade"); pela presente, em conformidade com o que estabelece o Art. 1.082, inciso II, do Código Civil (Lei nº 10.406/2002), resolve: (i) Deliberar a redução do capital social da Sociedade considerado excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, em R\$ 12.000.000,00, passando de R\$ 465.501.000,00 para R\$ 453.501.000,00, com a extinção de 12.000.000 de quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, todas pertencentes à única sócia que será restituída no valor integral da redução. A parte signatária declara que o presente documento poderá ser assinado por meio eletrônico, sendo consideradas válidas as referidas assinaturas eletrônicas feitas em plataforma digital, nos termos do art. 10, parágrafo 2º MP nº 2.200-2/2001. O registro único da assinatura de uma pessoa física que seja representante de uma parte neste instrumento será considerado representação válida da parte por ele representada, para todos os fins de direito. São Paulo, 19 de julho de 2024. **Alice Tecnologia Ltda.**, Luiz Octávio Maluf Santos

Gaia Impacto Participações Ltda.

CNPJ/ME nº 20.646.442/0001-17 – NIRE 35.233.119.531

Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14 de agosto de 2024

Data, hora e local: Em 14 de Agosto de 2024, às 09:00, na sede da Gaia Impacto Participações Ltda., na Rua Ministro Jesuino Cardoso, 633, 8º andar, conjunto 82, sala 3, Vila Nova Conceição, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04.544-050. **Convocação e presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 1.072, § 2º da Lei 10.406/2002, por contar a totalidade dos sócios presentes, conforme assinatura ao final do presente instrumento. **Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. João Paulo dos Santos Pacifico que convidou o Sr. Emerson Romualdo Fernandes para secretariá-lo. **Presentes:** a) João Paulo dos Santos Pacifico, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF sob o nº 267.616.938-61, portador da Cédula de Identidade nº 25.684.186 (SSP-SP), com endereço profissional na Rua Ministro Jesuino Cardoso, nº 633, 8º andar, conjunto 81, sala 4, Vila Nova Conceição, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04544-050 ("João Paulo"); b) Priscila Navarro Britto de Abreu, brasileira, convivente sob união estável em regime de completa separação de bens, publicitária, portadora da Cédula de Identidade nº 08.965.468-45 SSP/BA e inscrita no CPF sob o nº 021.663.095-93, com endereço profissional na Rua Ministro Jesuino Cardoso, nº 633, 8º andar, Vila Nova Conceição, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04544-050 ("Priscila"); e c) Emerson Romualdo Fernandes, brasileiro, convivente sob união estável em regime de comunhão parcial de bens, contador, nascido em 30 de outubro de 1991, portador da Cédula de Identidade nº 44126036-6 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 391.426.218-44, com endereço profissional na Rua Ministro Jesuino Cardoso, nº 633, 8º andar, Vila Nova Conceição, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04544-050 ("Emerson"); **Ordem do dia:** Discutir e deliberar sobre a **redução do capital social da Gaia Impacto Participações Ltda.**, nos termos do artigo 1.082, inciso II do Código Civil, **por julgá-lo excessivo em relação ao objeto da Sociedade**, no valor de R\$ 38.224.997,00 (trinta e oito milhões, duzentos e vinte e quatro mil, novecentos e noventa e sete reais), **conforme detalhamento abaixo.** **Deliberações:** Instalada a Assembleia, após a discussão das matérias da ordem do dia, os quotistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, deliberaram o quanto segue: (i) Consoante à Cláusula 5ª do Contrato Social, os sócios resolveram reduzir o capital social no valor de R\$ 38.224.997,00 (trinta e oito milhões, duzentos e vinte e quatro mil, novecentos e noventa e sete reais), **conforme detalhamento abaixo**, nos termos do artigo 1.082, inciso II do Código Civil, considerando **que o valor atribuído ao capital social se tornou excessivo em relação ao objeto da Sociedade**, de modo que, o capital social que atualmente é de R\$ 45.047.779,00 (quarenta e cinco milhões, quarenta e sete mil, setecentos e setenta e nove reais), passará a ser de R\$ 6.822.782,00 (seis milhões, oitocentos e vinte e dois mil, setecentos e oitenta e dois reais). Dessa forma, declara ainda que, conforme disposto no artigo 1.084 do Código Civil, que a redução do capital social será realizada **restituindo-se as quotas da sociedade Gaia Impacto Assessoria Financeira Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o nº 18.942.352/0001-21, com sede na Rua Ministro Jesuino Cardoso, nº 633, 8º andar, Conjunto 82, Sala 2, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, CEP. 04544-050, e **valores em espécie** das quotas, somente ao sócio **João Paulo**, acima qualificado. Deliberação tomada por unanimidade e sem qualquer restrição, após exame e discussão da matéria, os sócios por unanimidade e sem reservas ou quaisquer restrições, aprovam a redução do capital social por este se apresentar excessivo em relação ao objeto da sociedade. (ii) A redução ora aprovada só se tornará efetiva após o cumprimento das seguintes condições suspensivas, cumulativamente: (a) publicação da presente ata; e (b) decurso do prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da publicação da ata, sem que tenha sido apresentada, pelos credores quirografários, oposição a essa deliberação ou, se tiver havido oposição, mediante a prova do pagamento e/ou depósito judicial dos valores devidos a tais credores, conforme estabelecido no 1.084, § 1º e § 2º, do Código Civil Brasileiro. (iii) Decorrido o prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação da presente ata, na forma prevista no § 3º, do Artigo 1.084, do Código Civil Brasileiro, os quotistas reunir-se-ão novamente em assembleia geral extraordinária para quantificar e homologar a redução cuja proposta foi ora aprovada, alterando-se na ocasião, os dispositivos pertinentes do Contrato Social. (iv) Autorizar os Administradores da Sociedade a praticar todos e quaisquer atos que se façam necessários para a efetivação das deliberações acima, incluindo, mas não se limitando, a assinatura dos contratos, anexos e de quaisquer documentos acessórios. **Detalhamento da Redução do Capital Social:** a) R\$ 13.224.997,00 (treze milhões, duzentos e vinte e quatro mil, novecentos e noventa e sete reais), do total das 13.224.997 (treze milhões, duzentos e vinte e quatro mil, novecentos e noventa e sete) quotas representativas do capital social da Gaia Impacto Assessoria Financeira Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 18.942.352/0001-21, com sede na Rua Ministro Jesuino Cardoso, nº 633, 8º andar, Conjunto 82, Sala 2, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, CEP. 04544-050, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, que foram integralizadas na 2ª Alteração e Consolidação do Capital Social, de 24 de abril de 2023. b) R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) em espécie. Total: R\$ 38.224.997,00 (trinta e oito milhões, duzentos e vinte e quatro mil, novecentos e noventa e sete reais). **Encerramento e Aprovação da Ata:** Terminados os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente ata que, fora elaborada, aprovada e assinada pelos sócios presentes: **Mesa: João Paulo dos Santos Pacifico – Presidente; Emerson Romualdo Fernandes – Secretário. Quotistas Presentes: João Paulo dos Santos Pacifico; Priscila Navarro Britto de Abreu; Emerson Romualdo Fernandes**

Nomos Holding Partnership Ltda.

CNPJ/ME nº 49.982.001/0001-78 – NIRE 35.260.951.560

Ata de Reunião de Sócios

Data, Horário e Local: Aos 16/08/2024, às 10:00 horas, na sede social da **Nomos Holding Partnership Ltda.** ("Sociedade"), localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1510, conjunto 102, Edifício Atrium Vi, Sala CAC, Vila Olímpia. **Presença e Convocação:** Dispensada a convocação em razão da presença de todos os Sócios representando a totalidade do capital social, nos termos do Artigo 1.072, § 2º da Lei 10.406/02 ("Código Civil"), conforme lista de assinaturas constante do Anexo I a esta ata. **Mesa: Presidente:** Sr. Rodrigo Barbosa Imperatriz; **Secretário:** Felipe Coelho Lemos dos Santos. **Ordem do dia:** (i) aprovar a alteração do endereço da sede da Sociedade e (ii) aprovar a redução do capital social da Sociedade. **Deliberações Tomadas por Unanimidade:** Após exame da matéria constante da ordem do dia, os Sócios, deliberaram, em unanimidade e sem quaisquer ressalvas, por: (i) Aprovar a alteração do endereço da sede da Sociedade, que **passará a ser no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, nº 205, conjunto 51 e 15VGS, Sala Praia Brava, Vila Olímpia.** Em razão da deliberação acima, a Cláusula 2 do Contrato Social da Sociedade passará a vigorar com a seguinte nova redação: "Cláusula 2. A Sociedade tem sede e foro no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, nº 205, conjunto 51 e 15VGS, Sala Praia Brava, Vila Olímpia. § Único. Observadas as disposições de legislação aplicável, a Sociedade poderá abrir filiais, sucursais, agências e escritórios em qualquer parte do território nacional ou no exterior, por resolução dos Sócios que representem a maioria do capital social". (ii) Aprovar a redução do capital social da Sociedade, pois o julgam excessivo com relação à Sociedade, nos termos do Artigo 1.082, II do Código Civil, dispensando-se as prestações devidas, passando dos atuais R\$ 2.000.000,00, para R\$ 475.300,00, com uma redução, portanto, de R\$ 1.524.700,00. Nos termos do Artigo 1.084, §§ 1º e 2º, do Código Civil, e para fins de seu cumprimento, o presente ato será publicado no Jornal Data Mercantil, de modo que a referida redução apenas será considerada efetivada após o decurso do prazo de 90 dias da publicação. Em razão das deliberações tomadas acima, uma vez efetivada a redução do capital social da Companhia, a Cláusula 5 do contrato social da Sociedade passará a vigorar com a seguinte nova redação: "Cláusula 5. O capital social é de R\$ 475.300,00, representado por 475.300,00 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalmente subscritas e integralizadas, neste ato, em moeda corrente nacional, assim distribuídas entre os Sócios:

Sócio	Quotas	Valor (R\$)	%
Daniel Barros Braga	112.222	R\$ 112.222,00	23,61%
Rodrigo Barbosa Imperatriz	106.514	R\$ 106.514,00	22,41%
Paulo Ross Hegg	99.574	R\$ 99.574,00	20,95%
Illan Spyrides Besen	80.752	R\$ 80.752,00	16,99%
Felipe Coelho Lemos dos Santos	45.486	R\$ 45.486,00	9,57%
José Eduardo Carneiro Novaes Filho	30.752	R\$ 30.752,00	6,47%
Total	475.300	R\$ 475.300,00	100,00%

Lavratura e Leitura da Ata: Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, após lida e aprovada, foi assinada pelos Sócios. São Paulo, 16/08/2024. **Mesa: Rodrigo Barbosa Imperatriz – Presidente; Felipe Coelho Lemos dos Santos – Secretário.**

BSI Capital Securitizadora S.A.

CNPJ/ME nº 11.257.352/0001-43 – NIRE 35.300.461.827

Edital de Convocação – Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 7ª Série da 1ª Emissão da BSI Capital Securitizadora S.A. a ser realizada em 06 de setembro de 2024
Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 7ª série da 1ª Emissão da **BSI Capital Securitizadora S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.257.352/0001-43 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos da cláusula 10 do Termo de Securitização, celebrado em 09 de outubro de 2020, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **06 de setembro de 2024**, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma **Microsoft Teams**, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: a) Declaração ou não de vencimento antecipado; deliberar, à luz das informações prestadas pelas Devedoras CAPP4 e C&M, que identificarão a impossibilidade de finalização das obras dos Empreendimentos com os recursos inicialmente captados através da oferta dos CRI, a respeito da declaração do vencimento antecipado dos CRI ou não; b) Reestruturação da operação: caso não aprovada a declaração de vencimento antecipado, deliberar sobre reestruturação dos seguintes aspectos da operação: (i) concessão de carência de 12 (doze) meses para pagamento de juros e amortização dos CRI, a contar da parcela de Junho/2024, sem pagamento de prêmio ou multa pelas Devedoras CAPP4 e C&M e a consequente alteração no fluxo de pagamento; (ii) autorizar a substituição do cronograma de obras dos Empreendimentos com a conclusão das obras até seis meses para o empreendimento **Quartier Maricá Parc** e três meses para o término do empreendimento **Quartier Itaboraí Club**; c) Autorização de novo CRI: deliberar sobre a autorização às Devedoras CAPP4 e C&M e aos Fiadores para que tomem nova dívida via mercado de capitais, através de nova emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários, no valor de até R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ("Novo CRI"), com a consequente autorização para que as Devedoras CAPP4 e C&M e os Fiadores possam assumir obrigações perante terceiros, prestar garantias ou aval, alienar e/ou impor ônus sobre seus ativos. O Novo CRI e os CRI 7ª Série da 1ª Emissão deverão contar com hipótese de vencimento antecipado em caso de descumprimento ou inadimplemento de quaisquer das operações (*Cross default*); d) caso aprovados os itens (a) a (c) acima, aprovar discutir e deliberar sobre a alteração de eventuais outros termos e condições relativos aos CRI, com o consequente arquivamento de toda a documentação dos CRI. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma **Microsoft Teams** e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para amanda.melo@bsicapital.com.br, fiduciario@comcomr.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 7ª Série da 1ª Emissão), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física:** cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes:** cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. São Paulo, 15 de agosto de 2024. **BSI Capital Securitizadora S.A.** (17, 20 e 21/08/2024)

Monte Rodovias S.A.

CNPJ/ME nº 37.702.340/0001-74 – NIRE 35.300.557.352

Certidão da Ata de Reunião do Conselho de Administração em 08/08/2024

Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de agosto de 2024, às 8:30 horas em epígrafe foi registrada sob o nº 304.288/24-0 em 15/08/2024. **Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

Nova-M4 Administração de Bens Ltda.

CNPJ/ME nº 51.491.960/0001-32 – NIRE 3526180406-4

Ata de Reunião de Sócios realizada em 13/08/2024

Data, Horário e Local: aos 15 dias do mês de agosto de 2024, com início às 10:00 horas, na sede social da **Nova-M4 Administração de Bens Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo/SP, na Avenida Washington Luis, nº 6.675, conjunto 23 – Edifício Gate 01, Bairro Campo Belo, CEP 04627-004 ("Sociedade"). **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em razão da presença de todos os Sócios representando a totalidade do capital social, nos termos do Art. 1.072, § 2º da Lei 10.406/02 ("Código Civil"), conforme lista de assinaturas constante do Anexo I a esta ata. **Mesa: Regina Lúcia Galvão de Moraes Santiago, Presidente; Maria Lúcia Moraes Freitas, Secretária. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar acerca da aprovação da redução do capital social da Sociedade e cancelamento das quotas ora reduzidas. **Deliberações:** Foi deliberado e aprovado, pelos Sócios da Sociedade, integralmente e sem quaisquer ressalvas: (i) A redução do capital social da Sociedade, bem como, o cancelamento de 2.313.011 quotas da Sociedade, pois o julgam excessivo com relação ao objeto da Sociedade, nos termos do Art. 1.082, II do Código Civil, de modo que, o capital social da Sociedade passará de R\$ 3.600.000,00, para R\$ 1.286.988,69, com uma redução, portanto, de R\$ 2.313.011,00; Nos termos do Art. 1.084, §§ 1º e 2º, do Código Civil, e para fins de seu cumprimento, o presente ato será publicado no Jornal Data Mercantil, de modo que a referida redução apenas será considerada efetivada após o decurso do prazo de 90 dias da publicação. (ii) a tomada de todas as providências necessárias para implementação das deliberações aprovadas, por unanimidade, na presente reunião. **Encerramento e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, após lida e aprovada, foi assinada pelos Sócios. SP, 15/08/24. **Mesa: Regina Lúcia Galvão de Moraes Santiago, Presidente; Maria Lúcia Moraes Freitas, Secretária.**

Vacinar Centro de Imunização Ltda.

CNPJ 01.913.857/0001-65 – NIRE 35.214.500.763

Ata de Reunião de Sócios realizada em 13/08/2024

1. Data, Horário e Local: Aos 13/08/2024, às 10 hs, na sede social. **2. Presença: Personal System Serviços Médicos e Odontológicos Ltda.**, com sede na Cidade de São Paulo/SP, na Avenida das Nações Unidas, 12.901, unidade 901, Torre Oeste, Bloco C, Centro Empresarial Nações Unidas, Brooklin Paulista, CNPJ nº 05.662.383/0001-87, com seu Contrato Social arquivado na JUCESP NIRE 35231925637, em sessão de 04/02/2020, e com última alteração de Contrato Social devidamente arquivada na JUCESP nº 201.798/24-4, em sessão de 14/05/2024 ("Personal System"), neste ato representada na forma de seu contrato social, pelos Srs. Luiz Roberto Fonseca de Camargo e Roberto Miller Machado Torres ("Sócia"). **3. Composição da Mesa:** Presidente: Luiz Roberto Fonseca de Camargo e Secretário: Roberto Miller Machado Torres. **4. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos sócios da Sociedade. **5. Ordem do dia:** deliberar sobre a retificação do capital social da Sociedade e sua consequente redução. **6. Deliberações:** 6.1. A Sócia verificou que na 12ª alteração ao contrato social da Sociedade, registrada na JUCESP nº 468.928/23-6 em sessão de 20/12/2023 ("12ª ACS"), foi aprovado o aumento do capital social da Sociedade no montante de R\$ 3.600.000,00. Tal aumento foi realizado mediante a capitalização de lucros acumulados registrados no balanço patrimonial da Sociedade. Embora o capital social da Sociedade tenha sido aumentado por meio da 12ª ACS, a sócia identificou que, por um lapso, o valor apurado contabilmente dos lucros acumulados da Sociedade à época do aumento de capital era, na verdade, R\$ 2.520.000,00, ou seja, uma diferença total, a menor, de R\$ 1.080.000,00, motivo pelo qual o capital social da Sociedade deverá ser retificado para passar de R\$ 3.600.000,00 para R\$ 2.520.000,00. **6.2.** Desta forma, a Sócia aprova a retificação da deliberação prevista no item "1 – Alteração de Capital Social" da 12ª ACS, em que figurou erroneamente o valor do aumento de capital de R\$ 3.600.000,00 onde, na verdade, deveria ter constado R\$ 2.520.000,00. **6.3.** Reconhece, ainda, a Sócia que (i) a 13ª Alteração e Consolidação do Contrato Social da Sociedade, datada de 19/12/2023 e arquivada na JUCESP nº 12.229/24-6, em sessão de 10/01/2024 ("13ª ACS"), constou na Cláusula 5ª o capital social errado, conforme deliberações acima; (ii) as cessões e transferências de quotas da Sociedade realizadas pelos sócios anteriores à atual Sócia, deliberadas no "Item 2. Da Cessão e Transferência de Quotas" da 13ª ACS, passam a ser também retificadas, mantendo-se as proporções das transferências ora aprovadas, de forma que, para fins de clareza, (a) o então sócio da Sociedade **Roberto Marcio da Costa Florim** cedeu e transferiu 1.185.750 quotas à Sócia, (b) a então sócia da Sociedade **Dora Brandão Magalhães** cedeu e transferiu 1.185.750 quotas à Sócia; e (c) o então sócio **Carlos Roberto Magalhães** cedeu e transferiu 178.500 quotas à Sócia e; (iii) a 14ª Alteração e Consolidação do Contrato Social da Sociedade, datada de 27/03/2024 e arquivada na JUCESP nº 1.154.005/24-0, em sessão de 21/06/2024 ("14ª ACS"), constou no "Item 1. Aumento de Capital Social" o capital social errado, conforme deliberações acima, isto é, onde constou R\$ 8.630.000,00, passa a constar R\$ 7.550.000,00. **6.4.** Muito embora não se trate especificamente de uma redução do capital social, mas, sim, de uma correção de erro em relação ao montante do capital social aumentado por meio da 12ª ACS e, consequentemente, refletido de forma incorreta na 13ª ACS e 14ª ACS da Sociedade, e que nenhum valor será devolvido à Sócia, a Sócia decide consignar que o capital social da Sociedade previsto na (i) 12ª ACS será reduzido de R\$ 3.630.000,00 para R\$ 2.520.000,00; e (ii) 14ª ACS será reduzido de R\$ 8.630.000,00 para R\$ 7.550.000,00, de forma que a referida retificação do capital social da Sociedade ora aprovada será efetivada após decorrido o prazo de 90 dias contados da publicação desta ata e o registro perante a JUCESP do respectivo instrumento particular de retificação e ratificação de alteração do contrato social da Sociedade que deliberar sobre a rerratificação do capital social da Sociedade, no termos ora aprovados. **6.5.** A Sócia consigna também que com a efetivação da redução ora deliberada, haverá o cancelamento de 1.080.000,00 quotas da Sociedade, de forma que o capital social da Sociedade previsto na (i) 12ª ACS e na 13ª ACS passará a ser de R\$ 2.520.000,00, dividido em 2.520.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma; e (ii) 14ª ACS passará a ser de R\$ 7.550.000,00 dividido em 7.550.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar. São Paulo, 13/08/2024.

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC -

R\$ 5,4626 / R\$ 5,4632 **

Câmbio livre mercado -

R\$ 5,4811 / R\$ 5,4831 *

Turismo - R\$ 5,4924 /

R\$ 5,6724

(*) cotação média do

mercado

(**) cotação do Banco

Central

Variação do câmbio livre

mercado

no dia: 0,25%

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: -0,15%

Pontos: 133,953

Volume financeiro:

R\$ 28,630 bilhões

Majores altas: Petz ON

(9,28%), Localiza ON

(8,67%), IRB ON (5,58%)

Majores baixas: Magazine

Luiza ON (-5,34%),

Cogna ON (-4,32%),

Azul PN (-4,26%)

S&P 500 (Nova York):

0,2%

Dow Jones (Nova York):

0,24%

Nasdaq (Nova York):

0,21%

CAC 40 (Paris): 0,35%

Dax 30 (Frankfurt): 0,77%

Financial 100 (Londres):

-0,43%

Nikkei 225 (Tóquio):

3,64%

Hang Seng (Hong Kong):

1,88%

Shanghai Composite

(Xangai): 0,07%

CSI 300 (Xangai e Shen-

zhen): 0,11%

Merval (Buenos Aires):

2,27%

IPC (México): -0,33%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Setembro 2023: 0,26%

Outubro 2023: 0,24%

Novembro 2023: 0,28%

Dezembro 2023: 0,56%

Janeiro 2024: 0,42%

Fevereiro 2024: 0,83%

Março 2024: 0,16%

Abril 2024: 0,38%

Maio 2024: 0,46%

Junho 2024: 0,21%

comercial@datamercantil.com.br

Negócios

Petz e Cobasi chegam a acordo para criar maior petshop do Brasil



As redes de varejo de produtos e serviços para animais de estimação Petz e Cobasi anunciaram nesta sexta-feira que assinaram acordo para uma combinação de suas operações, que criará a maior empresa no setor no país, unindo as duas companhias que já lideram o segmento.

O acordo prevê que a Petz será uma subsidiária integral da Cobasi, empresa que criou o conceito de megalojas de produtos para animais de estimação no país na década de 1980. Além disso, os acionistas da Petz terão 52,6% da empresa combinada. A relação de troca é ligeiramente diferente dos 50%-50% que constavam em memorando de entendimento assinado em abril, quando

as empresas anunciaram intenção de unirem operações.

O presidente-executivo e acionista de referência da Petz, com 30,57% da empresa, Sergio Zimmerman, afirmou em conferência com analistas e investidores que a mudança na relação de troca decorreu de “um processo de ajuste para gerar conforto para ambas as companhias”.

O conselho de administração do grupo combinado, que será listado no Novo Mercado, terá nove membros, sendo cinco indicados pelos controladores da Cobasi, os irmãos Nassar e o fundo Kinea, e o restante por Zimmerman.

As duas redes anunciaram em abril memorando de entendimento não vinculante para combinação dos negócios de olho em um mercado forma-

do por mais de 139 milhões de animais de estimação, o segundo maior do mundo, de acordo com Gustavo Cruz, estrategista-chefe da RB Investimentos. Segundo Cruz, a cada 100 famílias brasileiras, 44 possuem um animal de estimação, enquanto apenas 36 têm crianças em casa.

Pelo acordo, os acionistas da Petz receberão 400 milhões de reais, quantia equivalente a entre 0,85 e 0,90 real por ação, afirmou Zimmerman na conferência. Anteriormente, a parcela em dinheiro do negócio seria de 450 milhões de reais. Desse valor, 130 milhões de reais serão distribuídos em dividendos pela Petz antes do fechamento da operação com recursos oriundos de lucros acumulados da empresa.

Mastercard anuncia corte global de cerca de 1 mil funcionários

A bandeira de cartões Mastercard está reduzindo seu quadro global de funcionários em 3%, como parte de uma reorganização que revelou no início deste ano para aprimorar o foco nos negócios principais, disse um porta-voz da companhia na sexta-feira, 16.

Os cortes afetam cerca de 1 mil funcionários com base nos dados mais recentes sobre a força de trabalho da empresa. A Mastercard tinha 33.400 trabalhadores no final do ano passado, de acordo com seu relatório anual.

A maioria das pessoas afetadas pelos cortes será notificada até o terceiro trimestre.

“À medida que essas mudanças forem feitas, planejamos redistribuir os recursos em áreas de crescimento”, disse um porta-voz da Mastercard, como a expansão para novos mercados e crescimento de unidade que abriga negócios digitais e antifraude.

No mês passado, o diretor financeiro da Mastercard, Sachin Mehra, disse que a empresa registraria um encargo único de reestruturação de 190 milhões de dólares nos três meses encerrados em 30 de setembro.

IstoÉDinheiro



Regulação de toda a saúde privada daria equilíbrio financeiro ao setor, diz CEO da Porto Saúde



Uma regulação mais intensa no setor de saúde poderia redistribuir os custos das operadoras de saúde na cadeia de serviços, visando equilibrar as despesas e potencialmente reduzir a sinistralidade (MLR) das empresas. A avaliação é de Sami Foguel, CEO da Porto Saúde, divisão de saúde da Porto.

O executivo aponta que a regulação é um fator relevante para equilibrar as contas de outros setores, evitando que algum “elo” da cadeia arque com custos que afetam direta ou indiretamente os outros. Atualmente, somente os planos de saúde estão sujeitos à regulação, o que ele considera que é apropriado para as empresas que atuam neste

ramo especificamente, mas insuficiente para garantir o equilíbrio financeiro do setor.

“Todos reclamam dos altos custos. Por que os planos são tão caros? Porque quem gera o custo não é regulado, quem paga a conta é regulado. Então, no final, quem paga são as empresas. Uma regulação geral faria sentido, pensando em custo”, afirma.

“A gente ainda tem sinistralidade altíssima, embora em tendência de queda, mas ainda muito alta em comparação com os patamares anteriores. Hoje quem paga tudo são os planos de saúde, as seguradoras. Os hospitais, os fabricantes de próteses materiais, medicamentos, clínicas têm um incentivo de faturar o máximo possível as custas

dos planos de saúde”, avalia Sami. O executivo destaca que com a ascensão de diversas agendas, inclusive a ESG (sigla em inglês para boas práticas de meio ambiente, social e governança corporativa) muito se discute sobre inclusão no Brasil, mas que ao falar sobre essa pauta, é preciso discutir também sobre a inclusão de mais cidadãos na área da saúde. “Hoje, tem menos brasileiros e brasileiras incluídas em planos suplementares de saúde do que há 10 anos atrás, no percentual da população. Isso é um marco de falha do sistema como um todo”, aponta. Sami diz que é prematuro para a companhia tomar uma posição sobre a reforma tributária, ainda está em discussão.

IstoÉDinheiro